

ATA N.º 2/2014

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2014

No dia vinte e dois de janeiro de dois mil e catorze, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reúne ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes as Sras. Vereadoras Adília Maria Prates Candeias, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, e os Srs. Vereadores Adilo Oliveira Costa, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e António Manuel da Silva Braz.

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição apresentado pela **Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho**, convocou o **Sr. António Manuel da Silva Braz** para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro na sua atual redação - Anexo à Ata como Doc. 1 (documento número um).

O **Sr. Presidente** assinala a ausência do **Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro**, informando que este iniciará a sua participação nos trabalhos mais tarde, referindo-se o facto na altura devida.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO UM – Primeira Alteração ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017;

PONTO DOIS – Constituição de fundo de maneiio – ano económico de 2014.

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, e bem assim do que dispõe o n.º 2 e n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de quinze de novembro, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 30/2008, de dez de julho (C.P.A. – Código do Procedimento Administrativo), a Câmara

Municipal de Palmela (CMP) delibera a aprovação da ata abaixo referida, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— Ata número 19/2013, da reunião ordinária de trinta de outubro de dois mil e treze.

Aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António Braz uma vez que a ata é de uma reunião a que não assistiu.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES/ASSUNTOS DIVERSOS

- **Alterações na distribuição de Pelouros** - O **Sr. Presidente** informa que procedeu-se a pequenas alterações na distribuição de pelouros. Em resultado da recente alteração à estrutura orgânica, que vigora desde o passado dia um de janeiro, houve necessidade de proceder a algumas clarificações, por forma a facilitar o circuito dos despachos entre as várias Sras. e Srs. Dirigentes e as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores.

No seguimento passa a explicar as alterações ocorridas.

Adília Maria Prates Candeias, Vice-presidente

Houve uma pequena precisão e ficou clarificado também a responsabilidade sobre a Autoridade Veterinária, bem como do setor que dizia respeito a Equipamentos e Espaços Exteriores Urbanos que passou a designar-se Gestão e Limpeza de Espaços Exteriores Urbanos.

Adilo Oliveira Costa, Vereador

Passou a ficar clarificada a Habitação Social e a Defesa do Consumidor. E porque já possuía a Administração e Finanças passou a ficar responsável pelas Feiras e Comércio não Sedentário e a Metrologia.

Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Vereador

Passou a ficar com as Bibliotecas Municipais, uma vez que as bibliotecas são hoje também equipamentos, pese embora inseridos numa rede de equipamentos educativos que possuem profundas ligações com as escolas. Sendo equipamentos, e nesta perspetiva mais transversal, torna-se mais fácil a sua gestão com este novo enquadramento.

Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Vereadora

Precisou-se o âmbito do pelouro de Habitação. No fundo, trata-se do Pelouro de Habitação mas naquilo que diz respeito à Reabilitação Urbana. Consiste no acompanhamento de obras particulares e obras coercivas que têm que ser feitas nesse domínio.

Clarificou-se igualmente o Pelouro anteriormente designado como Águas de Abastecimento e Residuais, passando a Águas e Resíduos Sólidos Urbanos englobando a recolha pesada, nomeadamente, a recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos – carros do lixo, monos, triagem, recolha seletiva, etc. Uma vez que se exige uma melhor articulação com as entidades reguladoras e porque existem procedimentos que são idênticos do ponto de vista da monitorização e da avaliação do desempenho é importante que tudo fique devidamente conjugado.

As alterações visam proporcionar uma maior celeridade nos despachos e na circulação interna da informação.

Distribuição de pelouros

Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente:

- Coordenação Geral;
- Cooperação Internacional;
- Desenvolvimento Estratégico;
- Planeamento Urbanístico;
- Proteção Civil e Segurança;
- Participação e Ação Local.

Adília Maria Prates Candeias, Vice-presidente:

- Recursos Humanos e Organização;
- Modernização Administrativa;
- Saúde Ocupacional;
- Formação;
- Autoridade Veterinária;
- Projetos e Obras Públicas;
- Logística e Conservação;
- Transportes e Comunicações;
- Gestão e Limpeza de Espaços Exteriores Urbanos.

Adilo Oliveira Costa, Vereador:

- Educação;
- Ação Social e Saúde;
- Habitação Social;
- Juventude;
- Desporto;
- Defesa do Consumidor;
- Administração e Finanças;
- Fiscalização Municipal;
- Atendimento;

- Feiras e Comércio não Sedentário;
- Metrologia.

Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Vereador:

- Desenvolvimento Económico;
- Turismo;
- Mercados Municipais;
- Informação e Comunicação;
- Cultura;
- Bibliotecas Municipais;
- Recuperação/Revitalização do Centro Histórico.

Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Vereadora:

- Gestão Urbanística;
- Ambiente;
- Mobilidade e Acessibilidades;
- Eficiência Energética;
- Habitação – Reabilitação Urbana;
- Águas e Resíduos Sólidos Urbanos.

Maria da Natividade Charneca Coelho, Vereadora:

- Sem pelouros.

Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Vereador:

- Iluminação Pública;
- Cemitérios;
- Toponímia.

Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, Vereadora:

- Sem pelouros.

Paulo Jorge Simões Ribeiro, Vereador:

- Sem pelouros.

ENTRADA NA REUNIÃO DE MAIS UM VEREADOR

Pelas dezasseis horas e dezanove minutos iniciou a participação nos trabalhos o **Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro**.

• **Audiência com a Administração Central** – O **Sr. Presidente** refere que na sequência da aprovação da Moção "*Orçamento de Estado 2014 – Investimentos prioritários da Administração Central a realizar no Concelho de Palmela*" (vide Ata n.º 18/2013, de vinte e um de outubro), foram encetados contactos no sentido solicitar audiências a vários membros do Governo. O objetivo é conseguir a assunção de um compromisso com vista à resolução de problemas sobejamente conhecidos, sendo que alguns deles arrastam-se há mais de uma década e até já tiveram compromissos firmados com anteriores Governos. Como exemplo, refere o protocolo para a Via Variante à Estrada Nacional 252 (ligação Pinhal Novo / Palmela). Por via do investimento da Plataforma Logística Multimodal do Poceirão estava prevista a realização de infraestruturas viárias, sendo que o prazo previsto para o término da construção era o final de dois mil e doze, que não foi cumprido. O mesmo aconteceu com outros compromissos, como por exemplo a Extensão de Saúde de Pinhal Novo (Sul).

Transmite que ontem ocorreu a primeira reunião de trabalho com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local na qual aproveitou a ocasião para distribuir os dossiês por vários Ministérios. Realça que deu a conhecer um pouco da realidade do concelho e foram debatidas as questões mais prementes, nomeadamente:

— Via Variante à Estrada Nacional 252 (ligação Pinhal Novo / Palmela)

— Regularização da Vala da Salgueirinha e da Ribeira de Palmela

Destacou que pretendia ver discutido na especialidade este assunto com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.), porque melhor do que ninguém sabe do que se trata. Acrescenta que quando se fala da regularização, tem havido o bom senso de propor intervenções faseadas nos pontos mais críticos e de acordo com um projeto que existe desde dois mil e dois, dado tratarem-se de duas linhas de água com vários quilómetros de extensão.

— Extensão de Saúde de Pinhal Novo (sul)

Explicou toda a conjuntura e histórico, destacando que o projeto de arquitetura já se encontra aprovado desde o final do ano passado e que desde então aguarda-se a inclusão da obra em PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Acrescenta que na próxima quarta-feira está agendada reunião com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde sobre este dossiê em concreto e onde procurar-se-á que se faça «luz» sobre o assunto, porque já decorreram muitos anos.

Refere que trata-se de uma obra que tem terreno cedido, projeto realizado, já houve pronúncia e houve o envolvimento de vários Membros do Executivo da CMP ao longo dos anos. Na sua opinião falta pouco para se cortar a meta.

— Pavilhões Desportivos (Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, Pavilhão Desportivo da Escola 2/3 de Poceirão/ Marateca e Pavilhão Desportivo do Quintajense)

Foi solicitado que o Sr. Secretário de Estado diligenciasse junto dos restantes Secretários de Estado com responsabilidades sobre o assunto, no sentido de futuramente ocorrerem reuniões de trabalho.

Sublinha que da parte da CMP existe uma total disponibilidade para a contratualização de compromissos, através de contrato-programa ou de protocolos de cooperação, assumindo também a Autarquia, mesmo ultrapassando o âmbito das suas atribuições e competências, alguma responsabilidade para tornar realidade estes investimentos no concelho.

Outros assuntos foram abordados, como por exemplo os aspetos de clarificação da Lei de Atribuições e Competências e da Lei dos Dirigentes. Quanto ao último, realça que a CMP ainda se encontra a aguardar por uma resposta definitiva sobre a clarificação dos dirigentes de primeiro nível. A dúvida é se podem prover-se os três lugares que foram criados ou apenas dois.

No fundamental considera que a audiência decorreu com toda a cordialidade e compreensão por parte do Sr. Secretário de Estado para a importância desses investimentos no concelho. Contudo, considera que existe um dado novo que deve ser tido em linha de conta. Não basta dizer que o Governo de facto reconhece que o Concelho de Palmela tem uma grande importância do ponto de vista económico para o país - no plano da exportação, no plano do Produto Interno Bruto (PIB), as questões da Autoeuropa, a questão do vinho, etc. Na sua opinião, é preciso um pouco mais.

Num momento em que o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA) se prepara para entregar ao Governo o dossiê fruto do seu trabalho, definindo um conjunto de orientações e prioridades, voltou a estar na ordem do dia - e na sua opinião ainda bem porque considera que nunca deixou de estar - o Portugal Logístico e, em particular, a necessidade do arranque da única plataforma que ainda não avançou efetivamente, a Plataforma Logística do Poceirão. Sobre essa matéria em concreto procurou fazer vincar ao Sr. Secretário de Estado que a Plataforma Logística do Poceirão logo na sua primeira subfase da primeira fase vai necessitar de uma variante e de uma ligação direta à A12 (Autoestrada 12), sob pena da vida dos residentes das Freguesias de Pinhal Novo, Poceirão e de Palmela, na zona do Lau/Lagameças até à Rua dos Marçalos e Rua 25 de Abril, se tornar um inferno, porque de facto numa plataforma logística o trânsito não pode circular em rede local, mas sim numa variante e/ou em autoestrada.

Considera que todos estes fatores devem merecer uma análise cuidada por parte do Governo e têm de ser cruzados com as necessidades do Concelho de Palmela, pois muitos dos projetos

apresentam uma relevância não apenas concelhia mas nacional e, por isso mesmo, o «olhar» tem de ser diferente.

Sublinha que foi evidenciada também a preocupação com a ausência de resposta por parte do Sr. Ministro da Educação no que diz respeito à interrupção das obras da Parque Escolar, EPE na Escola Secundária de Pinhal Novo. Aquela escola tem uma especificidade em particular, pois, falta concluir um terço da empreitada. Urge concluir as instalações dos laboratórios e de equipamentos específicos importantes para uma docência e aprendizagem de qualidade, mas também por questões de segurança.

Outra das preocupações prende-se com a questão relacionada com o portão da escola que se encontra para um dos arruamentos. A CMP está, e sempre esteve, disponível para prescindir da pequena mancha arbórea e verde naquela zona, para que o trânsito possa fluir convenientemente e que o acesso à escola se faça em segurança. Contudo, também isso está dependente de verbas para que a Parque Escolar possa retomar os trabalhos.

Neste *ping-pong*, entre a Parque Escolar e o Ministério da Educação, a CMP tem ainda outra preocupação. No próximo mês de abril, a Escola Secundária do Pinhal Novo vai ser o grande centro logístico do Campeonato Europeu Escolar de Orientação e do Campeonato Europeu de Orientação de Precisão para pessoas com mobilidade reduzida. Vão ser esperados milhares de atletas, bem como centenas de jornalistas de toda a Europa. Nesse sentido, solicitou as diligências do Sr. Secretário de Estado para que quem de direito possa encontrar rapidamente uma solução.

Informa também que a CMP está a aguardar o agendamento de outras audiências, não obstante a realização de um novo périplo já na próxima quarta-feira com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, desta feita para tratar das questões relacionadas com as Extensões de Saúde de Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

- **Consequências da intempérie** – O **Sr. Presidente** realça algumas consequências da intempérie que se tem sentido. As operações foram devidamente acompanhadas com os necessários meios por parte da Proteção Civil e também do Encarregado Geral da Rede Viária. Ocorreram vários incidentes que, felizmente, não foram muito numerosos, nem tiveram grande expressão no concelho.

Registaram-se três inundações, um deslizamento de terras – naturalmente terá havido mais, mas está a destacar o que foi reportado à Proteção Civil – uma ou duas quedas de árvores e outras intervenções. Naturalmente a rede viária municipal, seja a asfaltada, seja a de caminhos e aceiros, neste momento não se encontra nas melhores condições, mas os serviços já se encontram no terreno, com as juntas de freguesia, por forma a proceder às reparações urgentes. Refere que foram priorizados os pontos mais críticos por força da aprendizagem com

o que sucedeu na anterior invernada, sendo que nesses locais não voltou a haver problemas de maior.

- **Obra na passagem superior da REFER (Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE) – A Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que a obra na passagem superior do caminho-de-ferro no Poceirão, na Estrada Municipal 533, deverá arrancar em princípio ainda na próxima sexta-feira, quando muito o mais tardar na segunda-feira.

Conforme já foi dito em ocasiões anteriores, trata-se de uma obra de emergência, nunca assumida pela REFER, apesar de estar em causa uma estrutura que é da REFER e que a Autarquia nunca rececionou. Contudo, considerando a importância para a população, desde setembro que a CMP enveredou esforços no sentido de diligenciar o arranque dos trabalhos com a maior brevidade. No dia dezoito de dezembro, o procedimento e ajuste direto encontravam-se concretizados e adjudicados.

Entretanto, como é sabido, a obra apresenta um Plano de Segurança e Saúde extremamente exigente. Nesse sentido, os contactos entre os serviços da CMP, os técnicos da REFER e o empreiteiro têm sido quase que diários de forma a aperfeiçoar pormenores do Plano de Segurança e Saúde. Informa que rececionou há minutos atrás a informação de que a REFER aprovou as últimas alterações propostas e que, por isso, a CMP está em condições de começar a obra.

Realça pela positiva todo o esforço e empenho evidenciados por parte dos técnicos da CMP e da própria REFER. Em comparação com situações análogas, considera que o processo de adjudicação e início dos trabalhos ocorreu em tempo recorde.

O **Sr. Presidente** acrescenta que de facto quem está por fora dos assuntos às vezes não se apercebe da complexidade de algumas intervenções. Esta é uma intervenção que tem que ser feita com enorme cuidado, pois está-se perante um viaduto que passa sobre uma linha eletrificada e onde circulam comboios a cento e noventa quilómetros hora. Portanto, em matéria de Plano de Segurança e Saúde as questões complicaram-se de sobremaneira e pese embora a REFER não ter assumido a responsabilidade, a Maioria em Exercício está satisfeita pela disponibilidade evidenciada pelos técnicos da REFER.

- **Sistema de avaliação de escolas em Portugal – O Sr. Vereador Adilo Costa** destaca que a CMP acolheu, no dia anterior, um conjunto de especialistas nacionais e estrangeiros na área da Educação: nove inspetores polacos da província de Katowice, dois inspetores portugueses e o Diretor-geral da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC).

O objetivo da visita foi o de dar a conhecer o sistema de inspeção e a avaliação de escolas em Portugal, bem como o trabalho que estas e as comunidades onde se inserem desenvolvem. A

visita de estudo surgiu por solicitação da IGEC, na sequência de uma experiência semelhante realizada em outubro de dois mil e doze. Constatou-se uma sessão de boas vindas, apresentação do Município e do trabalho da Autarquia na área da Educação, seguido de um momento de debate. Realizou-se também uma visita à Casa Mãe da Rota de Vinhos com a degustação de produtos regionais, visita ao Cineteatro São João e Castelo de Palmela.

• **Resultados desportivos relevantes de atletas do concelho – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa sobre alguns resultados desportivos alcançados por atletas do concelho.

O atleta do Sporting Clube de Portugal e residente no Lau, Edi Maia, bateu o recorde nacional de Salto com Vara em Pista Coberta, no *meeting* internacional "Orleans Perche Elite Tour", no dia dezoito de janeiro, em Orleans, França. Edi Maia acrescentou seis centímetros ao anterior recorde que também lhe pertencia, sendo atualmente o recordista nacional da disciplina de Salto em Vara ao Ar Livre e em Pista Coberta.

O atleta, de vinte e seis anos, tem conseguido ao longo do seu percurso desportivo, alcançar diversos resultados de relevo a nível nacional e internacional, entre eles, vários títulos de Campeão Nacional de Pista e de Pista Coberta, a medalha de bronze nos Campeonatos Ibero-americanos, em dois mil e dez, nos Jogos Olímpicos de Londres, em dois mil e doze, e as participações no Campeonato do Mundo, em dois mil e treze.

QUESTÕES APRESENTADAS

• **Ponto situação dos animais em Pegarias de Baixo /Ausência de gatil – O Sr. Vereador Pedro Taleço** solicita informações sobre as diligências que estão a ser feitas em relação à situação dos animais em Pegarias de Baixo.

Pretende que lhe seja transmitido as conclusões das reuniões que o Sr. Presidente levou a cabo com as associações de proteção dos animais e sobre as medidas que estão preconizadas para os tempos mais imediatos.

Em virtude de não haver um gatil no concelho, pretende saber também como é que é resolvido a questão dos gatos domésticos e da sua proliferação em algumas áreas urbanas.

• **Obra na passagem superior da REFER - O Sr. Vereador António Braz** agradece as informações prestadas pela Sra. Vereadora Adília Candeias, acrescentando que este tipo de informação é essencial porque muitas das vezes os munícipes, por desconhecimento dos meandros dos processos, não entendem, nem compreendem os motivos para a demora na resolução de certas situações.

- **Loteamento Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo – artigo inserido em jornal** - O **Sr. Vereador António Braz** pretende ver esclarecido as situações que foram divulgadas na Comunicação Social (vide Jornal do Pinhal Novo de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze) relativamente ao bairro, nomeadamente: o poço, o poste/caixa elétrica vandalizada, a grua que se encontra estacionada e as placas de betão armado com o arame exposto. Este assunto é preocupante, pois pode acarretar perigo para as populações que lá vivem.

- **IMI do Poceirão** - O **Sr. Vereador António Braz** pretende ver clarificado as palavras do Sr. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca ao Jornal do Pinhal Novo, quando este afirma: "*Quero saber quem ficou com o dinheiro do IMI do Poceirão*" - vide Jornal do Pinhal Novo de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia foram prestadas as seguintes explicações:

- **Ponto situação dos animais em Pegarias de Baixo /Ausência de gatil** - (questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – Relativamente à situação das Pegarias de Baixo, o **Sr. Presidente** esclarece que foram realizadas várias reuniões e estão a ser tomadas medidas no sentido de resolver a situação. Contudo, solicita a melhor compreensão no sentido de não revelar a estratégia que está a ser adotada, pois pode ser contraproducente a sua divulgação. Garante que estão a ser criadas todas as condições em colaboração com as associações para que se proceda à recolha dos animais, a prestação de cuidados médico-veterinários, o encaminhamento para famílias de acolhimento e a adoção de um conjunto de medidas no plano jurídico para obviar situações futuras.

Relativamente ao gatil, refere que por vezes trata-se apenas de uma questão de nome. Talvez Centro de Recolha Animal fosse a denominação mais abrangente. No caso de Palmela, os gatídeos quando são recolhidos ficam alojados no mesmo edifício dos canídeos. Contudo, encontram-se separados destes últimos, sendo alojados em jaulas específicas, mais pequenas. Posteriormente são sujeitos a todos os atos médico-veterinários que a CMP pode dispensar. Acrescenta que estão a ser desenvolvidos contactos com diversas clínicas veterinárias no sentido de estabelecer protocolos para que se possa avançar mais proactivamente para as questões da esterilização dos animais.

Quanto à proliferação dos gatídeos nas áreas urbanas, compete ao Município avaliar se eles são motivo de incómodo, e em caso afirmativo, são acionados os mecanismos para se proceder à sua recolha. No entanto, sobre esse assunto existem múltiplos entendimentos. Refere que existe um novo conceito, expresso numa Resolução da Assembleia da República, onde se

defende a implementação dos chamados animais comunitários que são acompanhados por voluntários que cuidam deles. Reconhece, no entanto, que essa é uma questão sensível, porque nem todos os cidadãos estão sintonizados nessa matéria, e carece de regulamentação e organização.

Acrescenta que quando os serviços da CMP têm conhecimento de ninhadas ou que existem munícipes que estão a albergar mais animais do que aqueles que a Lei permite, seja nas suas residências, seja nos seus terrenos, seja nos seus terraços, a CMP procura aplicar a legislação em vigor.

Quanto às políticas adotadas pela CMP informa que o Canil Municipal adota uma política séria de valorização dos animais. Prova disso mesmo é a percentagem muito superior dos animais adotados nos últimos dois anos, quando comparados com os animais que são eutanasiados, sendo que há um grupo significativo de animais eutanasiados por questões médico-veterinárias, porque efetivamente se encontram doentes. No plano ético-legal, os serviços também veem-se confrontados com a solicitação de abate por parte de donos de animais de raça considerada perigosa.

• **Loteamento Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo – artigo inserido em jornal** - (questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** realça que as interpelações podem ser fundamentadas em qualquer Correio do Leitor ou mesmo numa reclamação dirigida ao Município, mas a missiva apresenta questões que não correspondem à realidade. Informa que a CMP não responde ao Correio do Leitor, mas sim aos munícipes que lhes dirijam alguma comunicação e dentro dos prazos estipulados no Código de Procedimento Administrativo.

Informa que, no anterior mandato, procedeu-se à limpeza dos espaços exteriores do loteamento por diversas vezes, sendo que a última vez foi no verão passado de forma a prevenir o risco de incêndio. Nessa última ocasião, não foi detetada a existência de nenhuma grua ou de placas de betão com ferros expostos. Contudo, é sua intenção passar pessoalmente pelo loteamento no final da reunião, pelo que estende o convite para que o Sr. Vereador António Braz o acompanhe.

Na sua opinião, o problema de fundo prende-se com a forma como foi contratualizado o loteamento em dois mil. Por um lado, houve a cedência de uma larga faixa de terreno para a construção da continuação do eixo da Avenida dos Ferroviários até à antiga fábrica de cerâmica “CERAPA” e, por outro lado, a possibilidade da construção dos espaços exteriores quando a edificação dos edifícios estivesse numa determinada percentagem, que já foi atingida. Assim sendo, a Divisão de Administração Urbanística já terá oficiado o promotor para que o mesmo informe sobre o que pretende fazer, pois é chegada a hora de executar o que se encontra definido para o loteamento no que respeita aos espaços exteriores. Caso o promotor nada faça,

a CMP ver-se-á forçada a tomar posse administrativa e executar os trabalhos em substituição do promotor, acionando as respetivas garantias bancárias. Acredita que estes esclarecimentos já terão sido prestados à munícipe; se não o foram estarão certamente em trânsito porque ele próprio já viu a informação.

Quanto às questões dos contentores e do lixo que voa e se acumula, obviamente são questões correntes que a CMP procura dar resposta, sendo certo que não consegue controlar tudo. Contudo, garante que os serviços procurarão responder mais satisfatoriamente.

Sobre a questão do poço realça que o mesmo foi intervencionado na manhã do dia de ontem, mas não foi por causa do Correio do Leitor. A intervenção foi feita quando as condições atmosféricas o permitiram. Aliás, este tipo de intervenções só podem ocorrer mediante uma análise cuidada e depois de uma programação dos serviços, pois é necessário afetar os meios humanos e mecânicos para o efeito. E para que a intervenção seja bem executada não pode ser realizada quando está a chover copiosamente. Os trabalhos foram programados para o dia de ontem precisamente porque o tempo amainou e porque foi programado conjuntamente com uma outra intervenção levada a cabo noutra parte do território. A Autarquia esteve a proceder à limpeza de um terreno, retirando material com grande volumetria, material esse apropriado para entulhar o poço. Considera que a isso se chama eficiência.

- **IMI do Poceirão** - (questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – Sobre a entrevista do Sr. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, José Silvério, o **Sr. Presidente** refere que a questão suscitada, para bom entendedor, não tem naturalmente que ver com o IMI que é arrecadado pela Autoridade Tributária e Aduaneira e que é entregue ao Município, porque no âmbito da nova Lei das Finanças Locais - Lei n.º 75/2013, de três de setembro - aquela União de Freguesias bem como as restantes vão receber apenas 1% do IMI urbano, correspondente à sua freguesia. E obviamente, colando isto com outras informações que o Sr. José Silvério foi fazendo ao longo dos anos, o que está em causa é o IMI rústico. E o IMI rústico é uma Receita própria das freguesias. Anteriormente era entregue em 50% do seu valor, sendo alterado agora para 1%.

Recorda que o que está em causa são questões menos claras e menos bem resolvidas já não ao nível do cadastro, porque as delimitações foram feitas no local, pese embora haver pequenos desentendimentos, mas tudo isso foi devidamente comunicado ao Instituto Geográfico Português e às Finanças. A questão em apreço prende-se com a Administração Fiscal e as Finanças que se encontram em dívida com essa atualização.

Moção

O **Sr. Presidente** coloca à votação a admissão da Moção intitulada "*Poder Local Democrático - Em defesa do Poder Local e das Cinco Freguesias do Concelho de Palmela*", para discussão e votação. Posto a votação a **admissão da Moção, foi a mesma aprovada por unanimidade.**

Pelo **Sr. Presidente** foi apresentada a seguinte Moção que se transcreve na íntegra.

Moção "*Poder Local Democrático - Em defesa do Poder Local e das Cinco Freguesias do Concelho de Palmela*"

"A Reorganização Administrativa Territorial Autárquica levou à extinção de mais de mil freguesias, contrariando a posição da maioria dos órgãos autárquicos que as governam e a vontade das suas populações.

No concelho de Palmela, esta lei veio forçar a agregação administrativa das freguesias de Marateca e Poceirão que, no seu conjunto, correspondem a um território rural, com cerca de 8500 habitantes, dispersos por 282 quilómetros quadrados, mais de metade do concelho de Palmela (com 465 quilómetros quadrados). Falamos de uma área incomparavelmente superior a concelhos como Lisboa (83,84), Amadora (23,77), Oeiras (45,84) ou Setúbal (170,57), só para nos situarmos na Área Metropolitana de Lisboa e na Península de Setúbal. E falamos também de um território com boas acessibilidades, mas sem transportes públicos que garantam ligação direta à sede do concelho e à circulação, em tempo aceitável, entre os limites dos territórios das freguesias de Marateca e Poceirão.

Para a gestão autárquica, torna-se ainda mais difícil garantir os serviços públicos de proximidade essenciais para o quotidiano das populações, o que representa um retrocesso na administração do nosso território.

Atualmente, e devido aos diversos quadros normativos que regulam a administração territorial, estão criadas profundas discriminações que acentuam ritmos de desenvolvimento desiguais:

- As freguesias do concelho de Lisboa têm competências e financiamento específicos;
- As freguesias cuja agregação resultou da pronúncia das Assembleias Municipais têm financiamento majorado;
- As freguesias cuja agregação foi imposta, apesar da oposição dos seus órgãos representativos, não têm qualquer majoração em termos financeiros;

- As freguesias que se mantiveram ou que, ao abrigo da Lei 11-A/2013 não estavam obrigadas a qualquer tipo de reorganização, também não têm qualquer majoração financeira;
- As freguesias das regiões autónomas não foram obrigadas a qualquer reorganização por constituir matéria legislativa regional.

Agravando o quadro já existente, o Orçamento do Estado para 2014 aprofundou ainda mais o ataque ao Poder Local Democrático. Do conjunto de medidas que limitam a capacidade de gestão destacam-se:

- A redução do financiamento, por via do Fundo de Financiamento das Freguesias;
- A obrigatoriedade de redução de pessoal em 2%;
- As retenções de verbas das autarquias, “por conta” e por estimativa, de eventuais encargos com a saúde dos trabalhadores;
- O aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (de 10 para 23,5%, em meia dúzia de anos);
- A imposição das 40 horas de trabalho semanal;
- O novo corte de vencimentos, constituindo mais um rude golpe nas condições de vida dos trabalhadores, já muito penalizados pelos constantes aumentos da carga fiscal, o aumento das contribuições sociais, o corte dos subsídios e o congelamento das progressões nas carreiras.

Vivemos pois uma situação de forte ataque à autonomia administrativa e financeira e à capacidade de intervenção do Poder Local, cujo contributo para a resolução das necessidades básicas das populações é determinante e, no quadro de crise que vivemos, é, muitas vezes, único.

O Congresso da ANAFRE [Associação Nacional de Freguesias], a realizar nos dias 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro, em Aveiro, será certamente um espaço de grande afirmação do Poder Local e das suas realizações. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, no dia 22 de janeiro, delibera:

- Reafirmar que a autonomia consagrada na Constituição da República Portuguesa às autarquias locais, municípios e freguesias, deve decorrer diretamente da vontade expressa das suas populações;
- Solicitar a intervenção dos grupos parlamentares, no sentido de promoverem a revogação das leis 22/2012 e 11-A/2013, de forma a anular a agregação das freguesias de Marateca e Poceirão, contra a vontade das suas populações e dos seus órgãos representativos;

- Manifestar a frontal oposição à desigual repartição de recursos financeiros pelos diversos órgãos da administração, exigindo a revogação da Lei 73/2013, de 3 de setembro e a reposição das verbas subtraídas sucessivamente às freguesias ao longo dos últimos anos;
- Exigir e clarificar o regime de atribuições e competências próprias e o modelo de delegação de competências previstos na Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da criação de um verdadeiro Regime Jurídico e de uma Lei das Finanças Locais, que consagre a verdadeira autonomia local e contemple os meios necessários à execução das competências próprias das autarquias;
- Condenar o continuado ataque aos trabalhadores da administração Pública e, em particular, da Administração Local, afirmando a sua solidariedade para com as suas lutas pela reposição das 35 horas semanais;
- Apoiar incondicionalmente as Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela, exortando o Congresso da ANAFRE a tomar posições firmes junto do Governo, na defesa intransigente do Poder Local, das Freguesias e dos interesses das populações."

Sobre a Moção, "*Poder Local Democrático - Em defesa do Poder Local e das Cinco Freguesias do Concelho de Palmela*", intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** informa que a Bancada do Partido Socialista (PS) vai votar a favor da Moção, porque o PS em Palmela lutou ao lado da CDU para que de facto a agregação de freguesias não fosse uma realidade. Infelizmente foi, e as populações, por muito que os eleitos queiram «tapar o sol com a peneira», estão a sofrer com essa situação.

Acrescenta que o PS subscreve na íntegra o ponto da Moção quando se lê: "*As freguesias cuja agregação foi imposta, apesar da oposição dos seus órgãos representativos, não têm qualquer majoração em termos financeiros*". Na sua opinião tal facto parece ter sido uma «vingançazinha» por parte do Governo Central aos municípios que votaram pela não agregação de freguesias, como foi o caso de Palmela.

Informa que o PS Nacional assumiu o compromisso de quando for Governo eventualmente restituir a normalidade das freguesias do Concelho de Palmela, e que o PS em Palmela lutará para que de facto isso seja uma realidade.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que quase que pagava para ver o cumprimento da promessa que o PS fez, e que o melhor será registar isso como uma das várias promessas que o PS não vai cumprir. Gostava também que lhe dissessem onde é que se vê o sofrimento por parte das populações pelo facto de ter ocorrido uma união de freguesias. Na sua opinião, só faltou a utilização da expressão «sofrimento lancinante».

Quanto à Moção, considera que é a típica Moção que a CDU já foi habituando, pois mistura «alhos com bugalhos», e no afã de dizer mal de tudo depois contradiz algumas coisas que a própria CDU vai afirmando noutros fóruns. Em primeiro lugar, independentemente do que se possa dizer, a reorganização administrativa territorial autárquica foi aprovada pela Assembleia da República, órgão que tem legitimidade para aprovar a alteração às freguesias e demais órgãos do Poder Local, conforme decorre da Constituição.

A Moção fala essencialmente da questão da reorganização das freguesias mas também das questões de proximidade. Contudo, o facto de ter havido uma união de freguesias no Concelho de Palmela não mudou a relação que a CMP tem com aquelas freguesias e com aquelas populações, pois ainda na presente reunião foram aprovados os vários protocolos e delegações de competências entre a CMP e as várias freguesias. A única coisa que mudou é que em vez de dois presidentes de junta de freguesia passou-se a ter só um. Essa é a grande mudança ocorrida e confessa que fica com a sensação que as populações não sentiram isso.

Para além disso, considera que até houve um autarca que ficou extremamente contente porque lhe permitiu ser candidato à presidência da União das Freguesias de Poceirão e Marateca e, como o próprio referiu, sente normalidade no dia-a-dia e no trabalho que tem com as populações quer do Poceirão quer da Marateca. Portanto, conclui que quem está no terreno, apesar da luta que desenvolveu, não sente qualquer diferença.

Quanto à questão das quarenta horas semanais, refere que já abertamente explicou o que pensava sobre o assunto. Acrescenta que, no entanto, a Autarquia tem a possibilidade de manter as trinta e cinco horas semanais desde que haja acordo com os sindicatos representativos dos trabalhadores, pelo que não existe qualquer imposição pelo horário de trabalho das quarenta horas semanais. Considera que a CDU esquece, como parece sempre esquecer, que Portugal não vive em tempos de normalidade financeira. O país esteve muito perto da banca rota e, portanto, os sacrifícios têm que ser feitos por parte do Estado Central mas também por parte da Administração Local.

Relativamente à Caixa Geral de Aposentações (CGA), recorda o comentário que ouviu no decorrer do presente dia por parte de um deputado do Partido Comunista Português (PCP) na Assembleia da República, em que o mesmo veio dizer que *'mais do que exigir um esforço aos trabalhadores, o que o Governo tinha que exigir era um redobrado esforço das entidades empregadoras'*. Ora, é precisamente isso que a Moção vem criticar. A Moção critica o facto da entidade empregadora CMP aumentar as contribuições de 10% para 23,5%, aliás como acontece na Segurança Social com as contribuições das entidades patronais. Considera que o discurso é diferente consoante dá mais jeito para aquilo que são os interesses particulares do PCP.

Relativamente à ANAFRE e a tudo o que vem referido na Moção, percebe que à falta de melhor a Maioria em Exercício busca continuamente alguns temas requeentados. Considera que a CDU,

e o Sr. Presidente da Câmara em particular, que tanto se indigna com o que considera ser a intromissão da Administração Central no Poder Local, acaba por se intrometer num órgão que não lhe diz respeito, porque a ANAFRE defende os interesses das freguesias e não dos municípios. Pelo exposto, considera que o que se pretende é aprovar um arrazoado de posições, independentemente da opinião que se possa ter sobre elas, que não é mais do que uma intromissão no Poder Local ao nível das freguesias – é como diz certo adágio popular: *«Bem prega Frei Tomás. Faz o que ele diz, não faças o que ele faz.»* Assim sendo, esta é sem dúvida mais uma incoerência que vem expressa na Moção.

Quanto aos apoios financeiros. É sabido que as freguesias por força da nova Lei das Finanças Locais ganharam alguma participação no IMI. Clarifica que a Lei era «clarinha» quanto aos efeitos e à possibilidade que era dado aos vários órgãos locais, ao nível da freguesia e ao nível do município, de participarem na reorganização da administração local autárquica e naturalmente majorava aquelas que por entendimento faziam essa reorganização - relembra que essa reorganização decorre do Memorando de Entendimento (*MoU - Memorandum of Understanding*, em inglês) que foi assinado pelo PS, partido que agora faz a promessa de que quando for novamente Governo irá revogar tudo o que assinou quando esteve no governo anterior e quando precisava de dinheiro.

Recorda que em diversas autarquias do país foi possível haver um entendimento entre as várias forças políticas para que a reorganização administrativa fosse uma realidade e, assim sendo, naturalmente tiveram majoração. Noutros casos deu-se preferência à contestação pura e simples, como foi o caso de Palmela. Como o Governo disse na altura, a concertação entre os órgãos da Administração Local e os órgãos do Poder Central servia melhor os interesses das populações, e o resultado está à vista.

Pelo exposto, a Moção merecerá o seu voto contra.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** não compreende a intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, porque efetivamente existe uma maior aproximação entre a autarquia município e a autarquia freguesia e, na opinião da Maioria em Exercício, não existe nenhuma intromissão ou colisão, na medida em que se está a falar em autarquias locais e nas cinco freguesias do território do Concelho de Palmela. Quanto à reorganização administrativa, é notório que as duas freguesias rurais do concelho – Marateca e Poceirão - foram unificadas contra a vontade das populações.

Está de acordo com a afirmação que é competência própria da Assembleia da República legislar sobre essa matéria. Contudo, deve legislar tendo em atenção aquilo que é, e que deverá ser, o cumprimento constitucional do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais e do Princípio da Justa Repartição dos Recursos entre os diversos órgãos do Estado. Destaca que as Autarquias Locais são órgãos do Estado que se encontram mais perto das populações e que também merecem ser respeitados. Assim sendo, considera que é perfeitamente legítimo defender aquilo que a Palmela diz respeito e aquilo que são os interesses das populações do Poceirão e da

Marateca. Reafirma que a CMP tudo fará para tentar acautelar os interesses daquelas populações, mas infelizmente os fregueses de Poceirão e Marateca perderam «alma» com a união de ambas as freguesias.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** interrompe por questionar se o Sr. Vereador Adilo Costa está a afirmar que o Sr. José Silvério não representa a alma dos fregueses da Marateca.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** explica que o que está em causa vai muito além disso. Está em causa a História, a experiência, a vivência ao longo de muitos anos daqueles que foram e são os fregueses da Marateca e daqueles que foram e são os fregueses do Poceirão.

Para além disso refere que a reorganização administrativa do território de Palmela foi feita à força e contra a decisão democrática da Assembleia Municipal, das diversas assembleias de freguesia e das juntas de freguesia. Assim sendo, considera indecente e injusto serem penalizados na questão da majoração pelo facto de os órgãos da Administração Local terem tomado uma posição democrática. Pelo menos essa situação deve ser reposta o mais rapidamente possível.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que quando mencionou que as populações estão a sofrer, fê-lo com conhecimento de causa, pois vive na Freguesia rural de Marateca e convive com as populações no seu dia-a-dia.

Em relação à posição do Sr. Vereador Paulo Ribeiro com respeito à Moção, é compreensível e perfeitamente aceitável, tanto mais que essa Lei foi por si votada favoravelmente na Assembleia da República. Contudo, importa destacar que é um facto que as populações não estão tão bem servidas quanto estavam.

Em relação ao comentário acerca da assinatura do *MoU*, por norma quando se encontra num órgão autárquico não faz muito o seu género pronunciar-se sobre política nacional, porque desconhece em profundidade o que se passa. Por exemplo, em relação ao *MoU* o seu conhecimento é superficial, mas o suficiente para saber que o Governo foi além do *MoU*, e por esse motivo deixaram o país no estado em que se encontra. Convida o Sr. Vereador Paulo Ribeiro a ir para a rua e perguntar às pessoas se estão a viver melhor do que estavam há quatro/cinco anos atrás. A realidade é bem diferente daquela que muitos que se encontram na Assembleia da República pensam. As coisas até podem estar bem para meia dúzia de pessoas, mas desafia a que se «sinta o pulso» das populações.

Conclui por afirmar que o PS em Palmela lutará até às últimas forças pela desagregação da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, reafirmando que assim que o PS for Governo isso vai ser uma realidade.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não pretende prolongar demasiadamente este assunto pois, como disse o Sr. Vereador António Braz, é melhor discutir os assuntos locais do que os nacionais.

Relativamente ao que disse o Sr. Vereador Adilo Costa, relembra que as regras foram previamente conhecidas e percebe que haja alguma incompreensão sua por esta questão. A verdade é que a Lei foi elaborada no sentido de procurar entendimentos, sendo que todos tinham conhecimento de qual era o objetivo final, ou seja, a redução das freguesias. A majoração dos 10% procura diferenciar os municípios onde esse entendimento foi possível. Como exemplo destaca o sucedido no Município de Gaia, em que houve um grande entendimento entre o PPD/PSD (Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata), o CDS-PP (Centro Democrático e Social – Partido Popular) e o PS, e nem por isso o PS deixou de ganhar a Autarquia de Gaia nas últimas eleições.

Considera uma falsa questão a afirmação de que a sua sensibilidade é diferente devido a se encontrar presente na Assembleia da República. Na sua opinião, o Sr. Vereador António Braz não mencionou qual era o sofrimento que as populações sentem em resultado da União das Freguesias de Poceirão e Marateca e era importante perceber exatamente em que é que se traduz esse sofrimento.

O **Sr. Presidente** constata que obviamente sobre esta matéria o Sr. Vereador Paulo Ribeiro está claramente isolado, e esse isolamento não é só no Executivo Municipal. Acredita que se encontra isolado mesmo no próprio Concelho de Palmela e junto de militantes do seu próprio partido que foram autarcas de freguesia e membros da Assembleia Municipal, que percebendo a profunda injustiça que estava a ser cometida com a agregação de freguesias estiveram desde a primeira hora contra esse processo.

Quanto à alma e os sentimentos, considera que há de facto muitos mistérios da alma. E na alma existem muitas sensações, emoções, convulsões e a grande alma está precisamente na diversidade e na complementaridade das vocações de cada uma das freguesias do concelho. E o Concelho de Palmela não deixou de ter o mesmo território, mas seria bom que cada «dedo da mão puxasse» para o mesmo lado e que todos funcionassem. Na sua opinião, não deve subsistir nenhuma dúvida de que as questões que às vezes alguns associam a bairrismos são necessárias para o debate, para fazer avançar o conhecimento sobre as matérias. Contudo, considera que se calhar o Governo vê esta questão da agregação de freguesias como se estivesse a gerir uma empresa e a cortar despesas. O facto é que ninguém cortou no essencial. É como na Governação do país, onde ninguém corta a quem deve cortar; ninguém tributa quem deve ser tributado, e os sacrifícios continuam a ser solicitados sempre aos mesmos.

Na sua opinião, com o processo de agregação de freguesias, quem perdeu foram as populações de Marateca e Poceirão, mas também a Democracia. A Despesa do Estado não é feita pelos eleitos das freguesias, pois esses recebem um pouco mais de 13 € (treze euros) para estarem presentes nas reuniões, e a sua participação é importante. Mas presentemente, dezenas de pessoas ficaram mais afastadas da participação cívica, e a sua voz era importante. Por isso, a Democracia perdeu muito.

Quanto à afirmação de que com esta união de freguesias parece que não mudou nada, efetivamente mudou e isso é sentido. Sente-se, naturalmente, nas dificuldades que quem tem a responsabilidade de gerir a União das Freguesias de Poceirão e Marateca tem com um território maior, com a dificuldade que sente em conversar com todas as pessoas, porque isso é manifestamente impossível. Ora, se o território é maior, é somente natural esperar que seja necessário mais pessoas a participar. Para além disso, não se pode descurar o facto de que muitas das situações são resolvidas na sequência do contacto com as populações. É sua firme convicção de que o Presidente José Silvério vai fazer o melhor pelas duas freguesias, mas as populações seriam muito mais bem servidas se ambas continuassem individualizadas.

O que não mudou foi a relação da CMP com as freguesias, e nem vai mudar futuramente, porque de facto a Maioria em Exercício respeita as freguesias e porque elas não são vistas como concorrentes mas sim como parceiras, com a sua autonomia, com os seus meios próprios para executar trabalhos, apesar das dificuldades impostas pela nova Lei das Finanças Locais e das Atribuições e Competências. Essas Leis não servem os interesses da Administração Local, é por isso que existe uma série de correções propostas pelos diversos partidos, pela ANAFRE e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Pedindo desculpa pela inconfidência, pois o Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca ainda não tem conhecimento desse facto, informa que a CMP vai continuar a realizar as "*Semanas das Freguesias*" nas cinco freguesias do concelho, pois pretende fomentar ainda mais a participação das pessoas. A CMP vai tentar compensar aquilo que o Governo e a Maioria na Assembleia da República impuseram aos cidadãos.

É sua firme convicção de que a Lei que levou à agregação das freguesias contém profundas injustiças e, do ponto de vista técnico, apresenta também algumas indefinições, não sendo sensato a sua aplicação de igual forma a todo o país, desconsiderando, no caso de Palmela, a especificidade do território. Destaca que não se pode comparar o Concelho de Palmela com outros que possuem sessenta e três, oitenta e cinco ou até mesmo noventa freguesias. O território de Palmela é extenso e o desenvolvimento das suas zonas rurais deveu-se ao facto de a partir de mil novecentos e oitenta e oito cada uma das suas freguesias ter puxado pelos seus territórios por trilhar um plano de desenvolvimento local articulado com um plano mais vasto do concelho. Tal facto trouxe vantagens para o desenvolvimento daquelas zonas e agora está-se a regredir, não sendo esse obviamente o caminho que se pretendia percorrer.

Com a Moção pretende-se contestar, reivindicar a revogação das leis ou, em alternativa, incentivar os Grupos Parlamentares a tomarem medidas legislativas que visem desfazer essa injustiça. As autarquias estão cada vez com mais dificuldades na resposta, por força de uma ofensiva mais global que está a ser dirigida ao Poder Local. O Governo recua nos serviços públicos, esvazia os hospitais, destrói a escola pública, privatiza serviços essenciais, entre outras coisas, e pretende impor às autarquias o mesmo modelo de governação, descurando a

sua autonomia - *'Ai isso é assim?! Então tomem lá vinte e cinco tostões e vão ser obrigados a fazer o mesmo que nós fazemos!'* Portanto, trata-se de uma vingança e não pode ser assim.

Sobre as questões do financiamento das freguesias, considera que é muito mau para a Democracia quem vai atrás de majorações e de «cenouras». Destaca que em Palmela, a Maioria em Exercício não gosta de andar atrás de «cenouras». Na sua opinião, a solução acertada foi a de estar ao lado das populações, porque se as populações quisessem a agregação de freguesias, os órgãos autárquicos do Concelho de Palmela ter-se-iam pronunciado pela agregação.

Quanto às 40 horas semanais de trabalho, recorda, uma vez mais, que a Autarquia tem um Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) assinado, mas continua a aguardar pela homologação. Informa que a CMP vai continuar a insistir, pois pretende uma clarificação relativamente a essa matéria. Todas as autarquias na Área Metropolitana de Lisboa, bem como de outros pontos do país, encontram-se condicionadas aguardando a homologação, que só não acontece porque o Secretário de Estado não concorda. Questiona sobre a legitimidade dessa posição, porque afinal trata-se de um contrato entre a Autarquia, que é a entidade empregadora, e os representantes dos trabalhadores. No seu entender, até parece que o acordo precisa da bênção do Secretário de Estado. O Governo deve pronunciar-se apenas se existir alguma ilegalidade. Considera que também neste assunto se percebe a fúria de intromissão por parte do Governo e a retirada de autonomia às autarquias. Pelo andar da carruagem, qualquer dia querem transformar os autarcas em Secretários-Gerais, mas os autarcas representam as suas populações, emanam da sua vontade e daquilo que elas querem ver realizado no seu território.

Com a presente Moção não se verifica nenhuma intromissão no plano das autarquias. Ao contrário, existe é um apelo às autarquias do concelho e à ANAFRE para que tomem as suas posições, porque também estão preocupadas com essas matérias.

Quanto ao apoio do PS sobre o assunto, espera que assim como no passado, o PS continue de «alma e coração» nessa luta, não apenas num contexto eleitoral e não apenas quando for Governo, mas que esteja a partir do momento em que houver uma iniciativa legislativa, seja ela de que partido for, no sentido de voltar a dar autonomia à Freguesia do Poceirão e à Freguesia da Marateca.

Submetida a Moção, "*Poder Local Democrático - Em defesa do Poder Local e das Cinco Freguesias do Concelho de Palmela*", a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A CMP toma conhecimento, através de uma relação elaborada pelos respetivos serviços e distribuída a todos os seus membros, dos processos despachados pelo Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa, no período compreendido entre 08.01.2014 e 21.01.2014, e cujo teor se anexa à presente ata como Doc. 2 (documento número dois).

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA MANUELA ALMEIDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística

A CMP toma conhecimento, através de uma relação elaborada pelos respetivos serviços e distribuída a todos os seus membros, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 03.01.2014 e 06.01.2014, e cujo teor se anexa à presente ata como Doc. 3 (documento número três).

CONTABILIDADE

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à CMP que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre 08.01.2014 e 21.01.2014, no valor de 993.952,96 € (novecentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e dois euros e noventa e seis cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados fica anexa à presente ata como Doc. 4 (documento número quatro).

TESOURARIA

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 21.01.2014, apresenta um saldo de 7.136.242,64 € (sete milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 6.319.644,41 € (seis milhões, trezentos e dezanove mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 816.598,23 € (oitocentos e dezasseis mil, quinhentos e noventa e oito euros e vinte e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO UM – Primeira Alteração ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017.

Proposta DADO 01_02-14:

«A 1.ª alteração ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017 tem como principal finalidade proceder ao reforço do valor da dotação da ação “Execução de rotunda na EN 379” para lançamento da empreitada.

Foram igualmente incluídos alguns reforços sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição das dotações cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2013.

O valor desta alteração é de 181.233 € (cento e oitenta e um mil, duzentos e trinta e três euros), e representa 0,48% do Orçamento em vigor.

Assim, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª Alteração ao Orçamento de 2014 e Grandes Opções do Plano 2014/2017.»

Sobre a proposta, “Primeira Alteração ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017”, numerada DADO 01_02-14, intervêm:

O **Sr. Presidente** passa a explicar mais em pormenor a presente proposta.

Quanto ao primeiro mapa resumo do Orçamento e Despesa releva o facto dos reforços e anulações terem resultado num acréscimo para aquisição de bens de capital, ou seja, para obra no valor de 111.078 € (cento e onze mil e setenta e oito euros).

Existem outras compensações e reforços, nomeadamente, em despesas com Pessoal. Por exemplo, retiraram-se verbas no Pessoal em regime de tarefa ou avença para compensar as indemnizações por cessação de funções. Relembra que no âmbito da reestruturação orgânica houve um conjunto muito significativo de dirigentes que tinham comissões de serviço que iam para além de janeiro de dois mil e catorze, que têm, nos termos da Lei, direito às devidas

indenizações, e portanto há que dotar o Orçamento desse reforço para que se possa cabimentar e proceder ao pagamento.

Constata-se uma verba significativa para reforço de Vestuário e Artigos Pessoais. Essa verba é significativa e não é habitual que esse reforço aconteça logo no início do ano. Explica que a CMP adquire equipamento todo o ano, enquanto outro tipo de equipamento é adquirido mais de três em três ou de quatro em quatro anos, nomeadamente, quispos e impermeáveis. Com o reforço da verba pretende-se proceder à aquisição de vestuário urgente para fazer face às condições atmosféricas adversas, como é o caso de botas, luvas, e de equipamento para a chuva. Esse reforço visa não prejudicar o processo de empreitada mais global que inclui outros bens que anualmente são adquiridos.

Os encargos com instalações viram a sua verba ser reduzida, mas se tal vier a ser necessário será reposta na revisão. Poder-se-ia ter ido buscar a verba a outro lado, como por exemplo à Iluminação Pública. Informa que, em dois mil e doze, conseguiram-se poupanças de energia de cerca de 260.000 € (duzentos e sessenta mil euros). Nesta matéria, a CMP continuará a implementar outras medidas que poderão significar no futuro ainda mais poupanças.

Verifica-se uma pequena rubrica para pagamento da adesão da CMP à Rede de Cidades e Vilas de Excelência e o consequente acompanhamento técnico dos projetos a desenvolver no concelho.

No âmbito dos Equipamentos Culturais foi introduzida a rubrica Centro Comunitário de Águas de Moura (CCAM). A verba é ainda insipiente mas contribuirá para se encetar as obras mais prementes visando a reabilitação do edifício. Depois, pretende-se que a CMP esteja mais presente em Marateca e Águas de Moura, trabalhando em parceria com as instituições locais que vierem a necessitar daquele espaço. Informa que a CMP possui um projeto muito interessante para o edifício, mas que o mesmo deveria rondar 1.500.000 € (um milhão e quinhentos mil euros), e a não ser que haja alguns fundos a que a Autarquia se possa candidatar, tal projeto por enquanto é inviável.

Existe também um reforço significativo nas verbas destinadas a beneficiações diversas do Centro de Recursos para a Juventude (CRJ). Inicialmente foi pensado algo mais simples, mas depois entendeu-se dotar o "Espaço Cave" das condições ideais para que grupos musicais e outros possam fazer daquele espaço uma sala de ensaio.

A verba mais significativa trata-se do reforço para a execução da rotunda. A cronologia desse processo tem sido atribulada porque estimava-se o início da obra em dois mil e treze. Por esse motivo estava destinado uma verba de mais de 360.000 € (trezentos e sessenta mil euros) para projeto, expropriações e concretização da obra. Posteriormente, quando foi elaborado o Orçamento, pensou-se que ainda se gastaria alguma verba em dois mil e treze e, portanto, bastava só colocar 300.000 € (trezentos mil euros) em dois mil e catorze. Como ainda não se

conseguiu lançar o concurso, as verbas estão a ser repostas para o cabal cabimento da empreitada assim que for possível o seu lançamento.

Quanto à execução da rotunda, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** entende que no fundo a verba que se encontrava destinada em dois mil e treze, e que não foi usada, transita para dois mil e catorze. Assim sendo, se os trabalhos forem iniciados e concluídos este ano, a CMP tem em Orçamento a totalidade da verba para fazer face à despesa.

Destaca que para haver um reforço tem que haver diminuições e que o grosso dessa verba é com encargos com instalações, montante na ordem de 171.000 € (cento e setenta e um mil euros). Pretende ser esclarecido em que é que se traduz essa diminuição, se a mesma está relacionada com alugueres, com rendas ou com outras eficiências ao nível dessas instalações.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** informa que a Bancada do PS concorda com a presente alteração Orçamental.

Relativamente ao projeto da rotunda da Estrada Nacional 379, relembra resumidamente que:

- O contrato para elaboração do projeto por ajuste direto, no montante de 7.600 € (sete mil e seiscentos euros), foi celebrado em vinte e três de novembro de dois mil e onze;
- O prazo de execução era de sessenta dias, a base dos contratos públicos;
- Em janeiro de dois mil e treze já o projeto se encontrava concluído;
- Decorreu todo o ano de dois mil e treze e o concurso não avançou por problemas relacionados com a EP - Estradas de Portugal, S.A.

Por questões de segurança rodoviária e porque a obra faz muita falta, o PS considera que é urgente que os trabalhos se iniciem com a maior brevidade possível.

Quanto aos montantes, entende-se que:

- Os 69.000 € (sessenta e nove mil euros) a mais do que aquilo que estava orçamentado destinam-se ao lançamento do concurso;
- Os 9.000 € (nove mil euros) são para se proceder à compra de uns terrenos considerados indispensáveis para a execução da obra.

O PS faz votos para que o concurso seja lançado o mais rapidamente possível e que tudo corra e decorra durante o ano de dois mil e catorze.

O **Sr. Presidente** presta os seguintes esclarecimentos:

Encargos com instalações

Pretende-se sobretudo reduzir encargos com a energia, pese embora, em resultado da nova estrutura orgânica, a CMP já tenha deixado mais uma instalação alugada e está a ser feito um esforço para haver ainda mais poupanças.

No fundo, pretendeu-se simplificar e não estar a distribuir as verbas por outras rubricas. Em abril próximo, conta que as previsões estejam efetivamente estabilizadas, e se for necessário proceder-se-á ao reforço com o saldo de Gerência do ano dois mil e treze.

Execução da rotunda

Os cálculos apresentados pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues estão corretos.

Sem entrar em grandes pormenores, pois já o fez em anteriores reuniões, explica que efetivamente foi tudo aprovado com a EP em junho/julho, na sequência de vários meses de trabalho conjunto. Tudo estava a correr bem até janeiro e a equipa projetista encontrava-se a trabalhar quase que monitorizada pela equipa da EP. Contudo, em fevereiro de dois mil e treze, na sequência da saída do Eng. António Valente e de um conjunto de técnicos da delegação da EP de Setúbal, com a centralização dos serviços em Lisboa, com nomeação de nova Diretora Regional e com novos técnicos a analisarem o projeto, as coisas complicaram-se de sobremaneira.

Para se perceber a complexidade envolvida nas empreitadas, refere que ainda na quinta-feira passada no [Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano], o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa referia as imensas dificuldades que tem sentido pois as entidades estão a braços com dificuldades devido a mudanças de chefias, redução de recursos humanos e consequentemente não dão resposta em devido tempo.

Nas últimas semanas foram vários os sucessivos contactos com a EP no sentido de se proceder à assinatura do protocolo. Esforços têm sido feitos nesse sentido desde julho. Não pretende que a Comunicação Social trate mal a EP, deseja é ver o processo encerrado nos próximos dias. O diferendo prende-se com questões jurídicas de pormenor e da parte da CMP não existe nenhum braço de ferro, pelo contrário, aspira ver o protocolo assinado o quanto antes, pois sem ele não é possível lançar a obra.

O insólito é que a obra seria da responsabilidade da Administração Central e da EP, mas é o Município que vai investir porque efetivamente não pode esperar mais, porque a obra é importante para a qualidade de vida das populações e para dignificar os acessos a Palmela.

Submetida a proposta, "*Primeira Alteração ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017*", numerada DADO 01_02-14, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO DOIS – Constituição de fundo de maneiio – ano económico de 2014.

Proposta DADO_DFA 01_02-14:

«Em reunião de Câmara realizada no dia 08 de janeiro do corrente ano foi aprovada a constituição de fundos de maneiio, segundo a sua atividade, e nomeado o responsável de cada um desses fundos.

Nessa data, o cargo de Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, não se encontrava provido, motivo pelo qual não foi proposta a constituição de fundo de maneiio para aquela unidade orgânica.

Nomeado o Chefe de Gabinete de Gabinete de Apoio à Presidência, **propõe-se** a constituição do seguinte fundo de maneiio para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, conforme estabelecido no ponto no ponto 2.3.4.3 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Atividade: Gabinete de Apoio à Presidência						
Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
José Alexandre	010201	02.01.21	-	Outros bens	100 €	700 €
	010201	02.02.13	-	Deslocações e estadas	75 €	300 €
	010201	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	600 €
TOTAL					275 €	1.600 €

Submetida a proposta, "*Constituição de fundo de maneiio – ano económico de 2014*", numerada DADO_DFA 01_02-14, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

APRESENTAÇÃO DO NOVO CHEFE DE GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

O **Sr. Presidente** refere que, no Período Antes da Ordem do Dia, por lapso não deu a conhecer às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores e a quem se encontra a assistir, o novo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, o Dr. José Alexandre, a quem dá as boas-vindas. Salaria que o mesmo já se encontra perfeitamente integrado na equipa e com grande ritmo de trabalho, pese embora tenham decorrido apenas oito dias.

Na transição foi indispensável a ajuda do Dr. Paulo Pacheco que, durante anos, desempenhou com grande competência, dinamismo e rigor as mesmas funções, mas que agora tem outra tarefa não menos complicada que é a Direção do Departamento de Administração e

Desenvolvimento Organizacional que inclui a Divisão de Administração Geral, a Divisão de Recursos Humanos e Organização e a Divisão de Finanças e Aprovisionamento.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Agradecendo a presença do público, o **Sr. Presidente** informa que, tratando-se de uma reunião ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Contudo, nenhum dos presentes interveio.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e subscrevo.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco